

OS POEMAS DE CONCEIÇÃO EVARISTO PARA E POR UMA CONSCIÊNCIA HISTÓRICA DECOLONIAL

Joana Maximo da Silva

Universidade Estadual de Maringá (UEM)

E-mail: J.o.hmaximo@gmail.com

Márcia Elisa Teté Ramos

Universidade Estadual de Maringá (UEM)

E-mail: metramos@uem.br

Resumo

Com a conquista ibérica do continente americano no século XV, inaugura-se a modernidade e a organização colonial no mundo, desdobrando-se na constituição e na dominação colonial não apenas dos territórios, mas também dos saberes, das linguagens, da memória e da cultura. Essa experiência colonialista europeia foi se universalizando, de modo a consolidar a natureza ocidentalizada e/ou eurocêntrica do poder e do saber. Acerca disso, o presente trabalho busca questionar o caráter universal da narrativa histórica, apontando para a necessidade de uma Consciência Histórica questionadora, que problematize histórias únicas, excludentes e branqueadas. Para tal objetivo, utilizaremos de referenciais da filosofia da história rüseniana para relacionar consciência histórica e negritude, tendo como base/fonte os poemas de Conceição Evaristo.

Palavras-chave: Consciência Histórica. Colonialidade do Saber. Conceição Evaristo.

THE CONCEIÇÃO EVARISTO POEMS TOWARDS A DECOLONIAL HISTORICAL CONSCIOUSNESS

Abstract

The Iberian conquest of the American continent in the 15th century marks the beginning of modern era and the colonial organization of the world, developing into colonial constitution and domination of the territories and, also, of the popular knowledge, languages, collective memory and culture. Such european colonialist experience has gotten, progressively, universal, in order to consolidate the occidental and/or eurocentric nature of power and knowledge. Considering those facts, this work aims to question the universal character of historical narrative, pointing to the necessity of a questioning historical consciousness, which

problematize one-version, excluding and whitened histories. For this purpose, we will use references from the philosophy of Rüsen's history to relate historical consciousness and blackness, based on the poems of Conceição Evaristo.

Keywords: Historical Consciousness. Coloniality of Knowledge. Conceição Evaristo.

Introdução

Rüsen (2001; 2022) afirma que a história não existe somente por existir como conhecimento descolado de sua função prática na vida das pessoas, ou seja, ela seria um modo elementar e específico de orientação em relação às situações reais da vida presente, ao nível pessoal ou coletivo. Para esse autor, o tipo de configuração do conhecimento histórico pode ser visto conforme determinada cultura histórica, mediante a mobilização da consciência histórica. Por sua vez, consciência histórica seria a operacionalização da atribuição de sentido às mudanças dispostas no tempo, fundamental para que os indivíduos orientem seu agir e seu sofrer. Posto isso, e sempre empregando a concepção rüseniana de consciência histórica, destaca-se a narrativa histórica como expressão de sentido proveniente da consciência histórica. Assim, quando se fala “narrativa” não se está se referindo ao caráter literário ou ficcional da história, mas afirmando que a narrativa é constitutiva do conhecimento histórico, é um procedimento que presentifica ou racionaliza o passado. A narrativa seria, portanto, formulada por intermédio das “representações da continuidade da evolução temporal dos Homens e de seu mundo, instituídas de identidade, por meio da memória, e inseridas, como determinação de sentido, no quadro de orientação da vida prática humana” (Rüsen, 2001, p. 66-67).

Logo, a consciência histórica não se limita apenas a saberes apreendidos em sala de aula, um processo de “conhecer” extensamente os fenômenos/acontecimentos do passado, haja vista que a consciência histórica se forma da interpretação do indivíduo sobre sua experiência do/no tempo, ao empreender o entendimento do passado para dar conta de carências de orientação do presente (problemas, necessidades, situações limítrofes), construindo suas intencionalidades de modo a moldar suas ações construindo o futuro. Conforme Marreta e Souza (2013), a história se apresenta tanto nas relações costumeiras, por intermédio das narrativas que se estabelecem diariamente, e, acrescenta-se que também ela se apresenta em dada formação cultural ou cultura histórica quando a consciência histórica funciona em sua intersubjetividade. Desse modo, a consciência histórica é desenvolvida por meio daquilo que o sujeito validará como racional,

pertinente ou correto baseado tanto em sua capacidade reflexiva como argumentativa e, por esse motivo, argumenta Rüsen (2010) que há diferentes tipologias da consciência histórica – Tradicional, Exemplar, Crítica e Genética.

São “tipos ideais”¹ de consciência histórica, que em outras palavras, significam quatro categorizações distintas de orientação temporal da vida, que englobam a interdependência de componentes como: memória histórica; projeções de futuro; noção temporal e identidade, entre outros. Pode-se falar desses quatro tipos ideias de consciência histórica, sempre lembrando que, apesar de distintas, elas não são “puras”, ou seja, um sujeito ou uma sociedade não apresenta apenas um tipo de consciência histórica, pois pode ter sim uma tendência de uso de determinada consciência histórica, mas, por exemplo, uma sociedade pode ter a predominância do tipo ideal de consciência histórica genérica, o que não quer dizer que se distanciará dos outros tipos de consciência histórica. Vale também dizer que consciência histórica e cultura histórica correspondem não apenas ao sujeito ou à determinada sociedade, mas envolve inclusive a ciência histórica. Isso quer dizer que Rüsen não apenas pensa no cotidiano para pautar seu tipo ideal de consciência histórica, mas em seu nexos com a ciência. Outra ressalva é que não existe consciência histórica errada, por isso mais adiante, fala-se da consciência histórica tradicional vista como problemática ao repetir preconceitos do saber colonizado, porém, se aborda também aquela consciência histórica tradicional imprescindível para o povo negro, embasado na ancestralidade. Haja vista que, a questão da tipologia das consciências históricas é bastante complexa e não merece, assim, uma definição pronta e acabada. Outro exemplo: engloba-se a ideia de consciência histórica exemplar no seu sentido positivo, quando perspectiva a histórica como leis² ou exemplos a serem seguidos. Da mesma forma, uma consciência histórica crítica, nem sempre é voltada para a justiça social, ou seja, nem sempre é positiva, pois em um revisionismo não-científico da história, pode criticar e negar as conquistas já alcançadas por sujeitos marginalizados.

¹Rüsen se inspirou em Max Weber para falar de “tipos ideais”. Segundo esse autor, a ação racional se baseia em quatro tipos: com relação a fins, a ação racional com relação a valores, a ação afetiva e a ação tradicional. Os tipos ideais implicam no conjunto dos conceitos reunido pelo pesquisador, unicamente para os fins da pesquisa. Por isso eles não existem concretamente, mas como categoria de explicação. Ver: WEBER, Max in: COHN, Gabriel (Org.). Max Weber. Ensaio de Sociologia. Tradução de Amélia Cohn e Gabriel Cohn (1982). A objetividade do conhecimento nas Ciências Sociais, 2ª ed. São Paulo: Ática. p. 79–127.

² Algumas leis que modelam condutas, mas mediante a perspectiva aqui apresentada, demonstrando sua positividade: lei nº 11.645, de 10 março de 2008 torna obrigatório o estudo da história e cultura indígena e afro-brasileira nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio.

No presente texto, essa tipologia da consciência histórica construída pelo filósofo Jörn Rüsen serve ao propósito de analisar alguns poemas de Conceição Evaristo, apresentada no subitem 2 desse artigo.

Desta forma, relaciona-se consciência histórica e negritude por meio dos poemas de Conceição Evaristo, para nós, fontes/evidência importantes na medida em que as produções da autora são importantes relatos a respeito da situação de populações marginalizadas, entre elas a população negra. Para tal empreendimento, é necessário considerar “passados sensíveis” ou “passados sobrecarregados”, ou seja, que ainda se fazem atuais por produzirem efeitos traumáticos.

Retomando Rüsen, essa história “sofrida” ainda sensibiliza sujeitos no presente (carências de orientação), requerendo a atribuição de sentido, a compreensão das violências físicas e simbólicas acometidas contra sujeitos no passado para que possamos pensar em um outro devir. O passado difícil deixa marcas indeléveis nas consciências e identidades e o que aqui se ressalta é o passado sensível, sobrecarregado, traumático do domínio colonial. Faz-se necessária a descolonização e emancipação dos saberes, rompendo com as narrativas escolhidas ou impostas, que reproduzem uma consciência histórica tradicional, ou seja, repetitiva, mas no sentido equivocado do ponto de vista da história por serem preconceituosas, por refletirem informações históricas colonizadas (Costa, 2021). Como elucida Gomes (2019), a branquitude colocou-se como única e legítima herdeira do progresso e desenvolvimento da sociedade, desse modo, é importante desconstruir e problematizar o caráter universal e "natural" da sociedade capitalista ocidental, para que se produzam as consciências históricas mais elaboradas, como a crítica e a genética, capazes não só de questionarem as mazelas sociais, mas mesmo tempo proporcionarem um futuro melhor.

Antes que o leitor indague, é importante dizer que sim, empregamos especialmente um autor, um filósofo da história, alemão, para considerar o passado difícil do povo negro. Isso, não apenas pela opção de se apropriar dos tipos ideais de consciência histórica, mas por entendermos ser interessante desmontar estereótipos racistas pautados em uma perspectiva colonialista, pelos próprios paradigmas do colonizador, ainda mais quando se sabe que para Rüsen (2014), os tipos ideais de consciência histórica se desenvolvem em todas as sociedades, não no sentido de ser um “valor universal”, mas no sentido de que todos somos ou deveríamos ser humanizados (Unidade), embora sejamos diferentes (Diversidade). O que, de certa forma, vem empoderar também os sujeitos lidos socialmente como brancos e aqui convém introduzir

o educador brasileiro Paulo Freire (1993) quando diz que lidar com situações limites (como o racismo) pela reflexão-ação significa a humanização não apenas do oprimido que se dá conta da manipulação e da dominação, mas também do opressor, já que este também pode “ser mais” humano ao se conscientizar. Com o racismo, com o saber pautado na história única do colonizador, sua humanidade é distorcida, já que oprimir significa transformar o outro em objeto de posse. O oprimido, objeto do racismo, submetido a saberes e ações colonialistas, também tem sequestrada sua humanidade, e, conseqüentemente, sua liberdade. Entretanto, a liberdade para oprimir não é liberdade, o que significa que pela visão colonialista ou colonial, nem oprimido e nem opressor possuem liberdade.

Para Rüsen (2014) o humanismo não é tão simplesmente a corrente filosófica surgida durante o Renascimento na Europa no século XV que se caracterizou por promover a cultura, a arte, a ciência e a educação, além de colocar pressão na motivação e liberdade do indivíduo. Assim, a vertente humanista promoveria a valorização da vida, do bem-estar do ser humano em suas múltiplas dimensões e, além disso, conforme esse novo humanismo, todo ser humano tem potencialidades racionais, emocionais, espirituais e culturais.

Na primeira parte do texto, aborda-se um pouco mais sobre consciências históricas para posteriormente realizar-se uma interpretação quanto a poemas de Conceição Evaristo.

1. Descolonizando os saberes ou consciências históricas

Considerando que a tipologia das consciências históricas permite (também) uma abordagem potente para o desmonte de perspectivas coloniais, a seguir se delimita brevemente cada uma delas segundo Rüsen (2001):

1) Consciência histórica tradicional: tem como experiência do tempo a ênfase na origem e na repetição de um modelo cultural, por isso, a significação histórica está mais aliada à ideia de continuidade. Nesse caso, é forte a correspondência da identidade ao pertencimento coletivo, ou seja, a uma comunidade de valores, o que implicaria em uma afirmação constante, ou na adesão (aos) ou mimetização dos saberes passados (Rüsen, 2007). Existe certa estabilidade nesse tipo de sociedade regulada pela consciência histórica tradicional, pois existe um consenso entre os pares: “as orientações tradicionais apresentam a totalidade temporal que faz

significativo o passado e relevante a realidade presente e a sua extensão futura como uma continuidade dos modelos de vida e os modelos culturais pré-escritos além do tempo” (Rüsen, 2010, p. 62). Alguns costumes, ações, pensamentos são inquestionáveis e repassados de um para o outro sem que haja necessariamente um registro. A memória pertinente a essa tipologia é aquela sempre repetida também, qual seja, a rememoração, seja pelos mitos, pela reprise das histórias, pelos rituais, encenações, músicas, ou mesmo pela dança.

2) Consciência histórica exemplar: pouco diferencia da consciência histórica tradicional, a não ser que as regras de conduta são registradas. Essas regras de conduta são consideradas universais, por isso atemporais. Existe também uma regularidade, mais pela generalização do que pela repetição. É como se a repetição fosse disposta em dogmas, mas agora muito mais pela consolidação de valores por meio da escrita. O sujeito não se perde mais no coletivo, na comunidade, sendo visto como ser único, centrado. Nasce a história escrita por determinadas pessoas em uma relação entre historiografia-historiador, mas ainda é inicialmente uma história engessada, com seus fatos, nomes importantes e datas. Uma História-Verdade, única, inquestionável. Como “a consciência histórica se refere à experiência do passado na forma de casos que representam e personificam regras gerais de mudança temporal e a conduta humana” (RÜSEN, 2010, p.64), a história também pode ser entendida como uma lição e/ou uma mensagem sobre como agir.

3) Consciência histórica crítica: esse tipo de consciência é um “gatilho” importante e não necessariamente um tipo isolado. É uma ponte entre a consciência histórica tradicional e exemplar e pode ser considerada também transicional para a forma genérica de consciência histórica. Nesse tipo de consciência histórica se problematiza os modelos culturais existentes. Distingue-se pela vontade de ruptura, de negação, de recusa ao estabelecido tradicionalmente. É um tipo de consciência que se fundamenta na contraposição, na refutação, na desconstrução e na desnaturalização, ou seja, “injeta elementos de argumentação crítica ao raciocínio moral. Põe em questão a moral, apontando a relatividade cultural nos valores, que contrasta com uma universalidade suposta e aparente, descobrindo os fatores da condição temporal que contrasta com uma validade atemporal falsa” (Rüsen, 2010, p. 67).

4) Consciência histórica genética: embora os rüsenianos indiquem que as consciências não são evolutivas, mesmo porque a consciência histórica crítica é fundamental para romper com o tradicionalmente aceito, é possível perceber que a consciência histórica genérica é vista como

a mais “sofisticada” ou “elaborada”. Isso porque diz respeito à possibilidade de transformação dos modelos culturais e de vida de si e da realidade vigente. Tem em mente que essa realidade, a história, os valores são feitos de processos, de movimentos, de construções e assim, o que é construído historicamente pode ser também desconstruído. Considera então a contextualização histórica, a possibilidade de mudança e revisita o humanismo, compreende-o como diversidade dentro da unidade. Nessa consciência, o sujeito é multifacetado, mas são fragmentados, pois conseguem dar sentido às suas experiências e às experiências de todos (história) ao perceber que elas são articuladas tendo o passado como postulado: ou seja, “neste modelo a memória histórica prefere representar a experiência da realidade passada como acontecimentos mutáveis, nos quais as formas de vida e de cultura distantes evoluem em configurações “modernas” mais positivas” (Rüsen, 2010, p. 68), sendo assim, a vida social é enxergada em sua abundante complexidade de temporalidade absoluta. Vê-se que somos o que somos porque construímos isso através do tempo e podemos então nos resignificar para um devir melhor, mais humanizado.

Vamos agora ao reporte sobre colonialismo. De acordo com Langer (2005), com a conquista ibérica do continente americano no século XV, houve a inauguração da modernidade e da organização colonial no mundo, que não se limitou somente à administração e dominação das colônias, mas também à constituição e dominação colonial dos saberes, das linguagens, da memória e do imaginário, enfim, da economia, da sociedade e da cultura. Por essa razão, a Europa se colocou em um lugar de enunciação associado ao poder imperial, gerando a suposta universalidade da experiência europeia, do caráter ocidentalizado/eurocêntrico do saber, o que levaria a História a ser, segundo Sanjay Seth (2013), um código, incapaz de decodificar passados não ocidentais por esses serem desprovidos dessa razão “universal”.

Baseando-se nisso, é importante destacar que a escrita da História - historiografia - é uma tendência da mentalidade ocidental, pois a História teria e têm a função social de representar e/ou desempenhar a continuidade de uma sociedade, afirmando, a “nossa constituição histórica de uma experiência partilhada ao longo de gerações sobre o mundo externo e real” (Partner, 1998, p. 74 *apud* Seth, 2013, p. 179). Sendo assim, a História seria a maneira que a sociedade encontrou de construir seu passado e estabelecer relações entre ele, porém, ela nasceu baseada na consciência histórica exemplar, ou seja, com a propensão de estabelecer certos domínios historiográficos pautados em heróis, geralmente homens brancos, cis, héteros e cristãos; em

datas cívicas porque importantes e/ou em fatos considerados marcadores da civilização ocidental e valores patrióticos e nacionalistas (Toledo, 2016).

À medida que essa História como forma de estar e conceber o mundo se sobrepõe à maneira de repassar pela oralidade o passado remoto (inerente à consciência histórica tradicional), inicialmente o repetitivo e a generalização se justapõem para dar conta, por exemplo, de um saber colonial, valorizando uma episteme branca, em detrimento de outros saberes, como, por exemplo, os saberes construídos por grupos não hegemônicos e contra-hegemônicos (Gomes, 2019). E, quando essa forma de entendimento é questionada, mobiliza-se a consciência histórica crítica, pois se tem como primordial, desnaturalizar, desuniversalizar e descolonizar os saberes, a linguagem, a memória e a cultura.

No que concerne à história brasileira ainda é recorrente os usos de símbolos do passado colonial e escravagistas da nossa sociedade, fortalecendo e homenageando a memória/história dos ditos "heróis" da nação. Por essa razão, é necessário empreender uma “consciência histórica decolonial”, como junção da consciência histórica crítica com a consciência histórica genética. Visto que, a nossa História é marcada por uma historiografia do esquecimento, já que o que se deve ser lembrado seria, segundo a perspectiva da consciência tradicional, apenas o que fosse coerente com a História pautada na consciência histórica tradicional ou exemplar, a História do Brasil, costumeiramente, quando não apagada, é romantizada e/ou ocidentalizada em suas narrativas. Desse modo, marcando uma memória/narrativa do passado de mentalidade colonial, escravista, branca e cisheteronormativa.

Dito de outra maneira, apenas a consciência histórica exemplar diz respeito a conhecer extensivamente o passado e outra forma de compressão e explicação histórica, que interrelacione passado, presente e futuro, baseado na formação de identidades e narrativas pautadas na humanização, considerando a justiça, a igualdade e solidariedade de uma sociedade democrática, tem a ver com as tipologias de consciências históricas críticas e genéticas. Ao que se refere a identidade, a compreensão sobre o passado não é apenas externa aos sujeitos, mas “está efetivamente relacionado a quem acreditamos que fomos e esta compreensão é constituinte das subjetividades, diz respeito também à vida interna dos indivíduos” (Moreno; Souza, 2018, p. 29). Considerando as marcas coloniais/escravistas e as histórias sensíveis/traumáticas que permeiam a história brasileira, é necessário pensar e agir tendo as histórias (e não mais a História com inicial maiúscula como sinônimo de Verdade) com a função

de percepção do presente enquanto devir, como parte de um processo de rupturas e descontinuidades, mas também de determinadas continuidades e permanências quando elas são pertinentes.

Desse modo, a história deve ser contada/escrita para que os grilhões sejam quebrados, e outras narrativas do passado sejam consideradas. Para que isso ocorra é preciso uma mudança historiográfica, em que outras narrativas do passado, que fujam da “normatividade”, façam-se presentes a partir da compreensão de que o passado não morreu, pois somos sua herança. Os saberes do passado precisam ser descolonizados, incluindo outras narrativas que não sejam abalizadas, somente, na História tradicional e exemplar perpetuadora de preconceitos.

2. Consciência histórica a partir da poética de Conceição Evaristo

Maria da Conceição Evaristo de Brito, nasceu em 1949, na cidade de Belo Horizonte. É graduada em Letras pela UFRJ, Mestre em Literatura Brasileira pela PUC do Rio de Janeiro, com a dissertação *Literatura Negra: uma poética de nossa afro-brasilidade* (1996) e Doutora em Literatura Comparada na Universidade Federal Fluminense, com a tese *Poemas malungos, cânticos, irmãos* (2011). Estreou na literatura em 1990, quando passa a publicar contos e poemas na série *Cadernos Negros*. Seus poemas ganham maior visibilidade através da publicação, em 2008, de *Poemas de recordação e outros movimentos*, em que por meio de rimas e versos denuncia as condições sociais dos negros no Brasil. Considerada uma das vozes mais importantes da literatura afro-brasileira contemporânea, durante muitos anos, trabalhou como professora e pesquisadora na Universidade Federal de Minas Gerais, atuando como coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Relações Raciais e Ações Afirmativas. Sua escrita aborda temas como a diáspora africana, o racismo, o sexismo e a luta das mulheres negras. Entre as suas obras mais conhecidas estão o romance *Ponciá Vicêncio* (2003), o livro de contos *Olhos d'água* (2014) e o livro de poemas *Poemas da recordação e outros movimentos* (2008).

Assim, para pensar e exemplificar as tipologias de consciência histórica, principalmente a histórico-genética, e conseqüentemente, uma “consciência histórica decolonial” utiliza-se dos poemas “Vozes-Mulheres” e “Certidão de óbito” para pensar a condição do negro no Brasil.

Em “Vozes-Mulheres”, já nas três primeiras estrofes, Conceição Evaristo, nos apresenta a trajetória de uma bisavó, avó e mãe, todas mulheres negras, marcadas pela “doloridade”, conceito criado/pensado pela professora e escritora Vilma Piedade³, que diz respeito às dores que unem mulheres negras para além das violências de gênero, perpassadas pelo racismo, pois, é uma dor cunhada pela escravidão, essa, que deixou marcas profundas, ainda vividas pela população negra brasileira (Piedade, 2017).

Conforme o poema, há uma bisavó diaspórica, ainda nos porões do navio negreiro. Uma avó obediente aos senhores da casa e uma mãe trabalhadora doméstica. Todas marcadas pelo racismo, pelo machismo, pela violência, pelo silenciamento e pela pobreza.

A voz de minha bisavó
ecoou criança
nos porões do navio.
Ecoou lamentos
de uma infância perdida.

A voz de minha avó
ecoou obediência
aos brancos-donos de tudo.

A voz de minha mãe
ecoou baixinho revolta
no fundo das cozinhas alheias
debaixo das trouxas
roupagens sujas dos brancos
pelo caminho empoeirado
rumo à favela (Evaristo, 2008).⁴

No que concerne às tipologias de consciência histórica, ao se tratar da bisavó, é possível visualizar uma consciência histórico tradicional considerando o passado persistente e a ancestralidade evocada nas primeiras linhas do poema. No passado persistente, o passado é presente, e se repete, haja vista as marcas deixadas pela escravidão. São as marcas de uma história sensível, sobrecarregada ou traumática. Outro expoente alemão da filosofia da história, Bodo Von Borries, permite refletir sobre essa história em que o passado não passa suficientemente. Von Borries (2011) subdividiu a história difícil em: a) histórias hostis que passam de geração em geração; b) a história sobressalente dos vencedores que relega ao esquecimento as histórias dos perdedores; c) história subterrânea dos perdedores, de resistência

³ Vilma Piedade é graduada em Letras pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), e Pós-graduada em Ciência da Literatura também pela UFRJ. É professora, escritora e autora do livro-conceito “Doloridade”, publicado em 2017.

⁴ Disponível em: <http://www.letras.ufmg.br/literafro/autoras/24-textos-das-autoras/923-conceicao-evaristo-vozes-mulheres>. Acessado em 30 de abril de 2023.

e esperança de revanche; d) a história hostil é descartada porque é mais relevante sobreviver. Como se vê, não incluiu na história difícil a questão da culpa como fez Jaspers⁵ em relação aos alemães, mas todas essas histórias são passados que não passam, que se tornaram uma “ferida aberta” muito difícil de cicatrizar. Que traz desdobramentos mesmo para aqueles que não cometeram nenhum deslize histórico, não experienciaram de fato a história difícil no momento em que ocorreu. Von Borries dissertou sobre essa cicatrização, que se constrói enfrentando a história, nos reconciliando com ela, pois herdamos as consequências e os custos da história difícil; por isso, ela sempre “volta” para nos incomodar.

Quanto à ancestralidade, basicamente seria as linhas de ascendência de uma pessoa, ou seja, às pessoas que vieram antes dela e das quais ela é descendente. Isso inclui não apenas os pais, avós e bisavós, mas também todos os responsáveis que vieram antes deles. Contudo, essa modalidade de ancestralidade, diz mais respeito às árvores genealógicas, registros históricos e DNA, o que não deixa de ser importante. Porém, a modalidade de ancestralidade da qual interessa, no momento, é o legado cultural e histórico de nossos antecedentes à nossa identidade pessoal e cultural, bem como de nosso grupo social. Uma herança transmitida e internalizada de geração em geração, incluindo tradições, valores e crenças. No caso, incluindo também séculos de sofrimento, dor e resistência (Munanga, 2008). Munanga (1984) destacou que essa questão da ancestralidade é importante desde quando não havia acontecido ainda à diáspora africana. Antes de serem escravizados, a linhagem, os rituais de iniciação, a noção de que a criança é prolongamento da mãe, o parentesco são referências identitárias da África subsaariana. Tem aí também um componente religioso sustentado pela ideia de que há uma origem ou ancestralidade provinda dos deuses e que os mortos (os defuntos) devem ser reverenciados. O ancestral, diz o autor, é o criador, o fundador daquela comunidade e, ao mesmo tempo, o ancestral é em si, a história. Em razão disso, o ancestral ou as gerações devem ser sempre lembradas, o que pressupõe um conjunto de relações e inter-relações constantes entre vivos e mortos.

Como se vê, a ancestralidade é bastante caracterizada conforme a tipologia da consciência histórica tradicional. E é interessante verificar que esse antropólogo e professor congolês,

⁵ Karl Jaspers (1883-1969) foi um filósofo, psiquiatra e psicopatologista alemão. Em seu livro "A Questão da Culpa" (*Die Schuldfrage*) publicado em 1946, Jaspers trata criticamente a responsabilidade dos alemães diante das atrocidades cometidas no Terceiro Reich. Para o autor, todos os alemães tinham uma responsabilidade compartilhada, independentemente de seu envolvimento direto nos crimes. Considerava que os alemães, como cidadãos, deveriam assumir a responsabilidade coletiva pela história, sendo assim, eram necessárias tanto a autoavaliação, como as explicações históricas para evitar a repetição dos acontecimentos passados no futuro.

Munanga (2005/2006), tem a mesma concepção que Rüsen, superando a visão essencialista ou universalista da humanidade: a identidade é sempre diversificada de acordo com a cultura histórica do sujeito, segundo os modelos por ele vividos, mas é certo que há uma “identidade humana” e ainda: “O eu e o outro, o universal e o particular, a unidade e a diversidade, o ego e o alter, se combinam no coração da antropologia enquanto disciplina que pretende estudar o homem no mesmo momento, em sua unidade e em sua diversidade” (Munanga, 2005/2006, p. 48). Munanga (2004) também fala de consciência histórica, considerando que o que chama de autodefinição depende da noção de alteridade, portanto, envolve a consciência de si, do outro e do mundo como processo de construção de conhecimento sempre inacabado. Com essa premissa, Munanga nos fornece condições para entender que ele emprega uma consciência histórica genética, mas em um movimento tensional recursivo, usa esse tipo de consciência para demonstrar o valor da consciência histórica tradicional para o pressuposto da ancestralidade.

No poema de Evaristo, vemos que essa consciência histórica tradicional é carregada de angústias que não somente provenientes das carências de orientação do presente da filha, mas vem da bisavó, da ancestralidade, marcada por uma história sobrecarregada. Os versos de “Vozes-Mulheres” refletem também, sobre uma repetição histórica, qual seja, a obediência imposta pelo colonizador, pelo opressor. Uma história de lamentos desde os porões do navio negreiro, símbolo de um sistema de produção exploratório e cruel. Lamentos que ecoam, reverberando na atualidade.

O poema perpassa a chegada dos corpos diaspóricos por navios negreiros, “em seguida, a vida do escravizados nascidos no Brasil, que já nascia pertencente a um senhor, como uma mercadoria, como um objeto, que tiveram seus corpos mercantilizados e violados; e, por último, a sina dos descendentes de escravizados alocados nas favelas” (Hermes, 2021, p. 9). Como herança sobrecarregada desses tempos, o poema aborda as desigualdades sociais, consequências da escravidão. No que tange a avó, podemos interpretar que temos uma consciência histórica exemplar, pois a personagem precisa ser obediente às regras morais de seu tempo, reconhecer o seu lugar na hierarquia social na qual negros, e principalmente mulheres negras, devem ser submissas, aceitando a brancura como dona de tudo, desde as terras até de seus corpos. Ao mesmo tempo, ecoa a resistência, mesmo que em voz baixa, mesmo que em uma situação em que erguer a voz é quase impossível.

É perceptível na mãe, que ecoa baixo a revolta, que apesar da “obediência servil”, ela nega a continuidade desse passado colonialista, ou seja, mostrando uma consciência histórica crítica. Apesar das permanências e da ancestralidade (da consciência histórica tradicional); apesar da obediência às regras de conduta de uma época e posteriormente a conquista de leis que procuram regulamentar condutas para que sejam mais humanizadas (consciência histórica exemplar), é perceptível que a revolta e a resistência (consciência histórica crítica) promoveram transformações históricas cruciais (consciência histórica genética) apesar do passado não passar suficientemente. Os espaços ocupados tradicionalmente por essas mulheres negras ao longo da história do Brasil, o navio negreiro, as fazendas/senzalas e a favela substituída por outros espaços, como da própria autora do poema militante, intelectual, literata e professora, são dimensões relacionais, complexas e transicionais, por isso o amálgama e a ambiguidade que aponta a mobilização de diferentes consciências históricas não excludentes entre si.

No poema de Evaristo temos exemplificada a tipologia de consciência histórica genética, em que há não a negação do passado, mas o reconhecimento dos acontecimentos passados e suas influências no presente, ou seja, “esta forma de pensamento histórico vê a vida social em toda a abundante complexidade de sua temporalidade absoluta” (Rüsen, 2010, p. 58), como exemplifica a quarta estrofe:

A minha voz ainda
ecoa versos perplexos
com rimas de sangue
e
fome. (Evaristo, 2008)

Nessa estrofe temos uma mulher pertencente a quarta geração dessa família, que ainda tem sua vida marcada pelo passado, visto que a escravidão é “a cena primária da identidade negra brasileira, sendo o ponto de origem em um passado comum e que dá forma a uma “comunidade” que se reconhece e é reconhecida por esse passado” (Eyerman, 2003, p. 16 *apud* Costa, 2021, p. 142), pois o comércio transatlântico de escravizados e a escravidão deixaram um rastro de sangue, morte, doença, violência sexual, trauma e experiências que, apesar de serem difíceis de qualificar, são/foram inquestionavelmente transmitidas e internalizadas para as gerações seguintes. Ainda no presente tais atrocidades tornaram-se heranças, que se fazem vivas na memória coletiva das populações vítimas dessas formas extremas e complexas de violências físicas e simbólicas (Costa, 2021, p. 144). Conforme, Hermes (2021), esse eu-lírico é uma sobrevivente do massacre colonial, entretanto, possui a experiência das desigualdades sociais que afligem pessoas negras.

Mas se a mulher negra traz em sua ancestralidade esse sofrimento, traz também a potencialidade da resistência, da negação frente aos poderes constituídos. Por isso a imprescindibilidade da “consciência histórica decolonial” capaz de juntar a consciência histórica crítica e genética, reconhecendo a escravidão como elemento estrutural e estruturante da sociedade brasileira, em que, as desigualdades sociais, econômicas e culturais derivam desse processo histórico de dominação colonial, atingindo “uma comunidade em particular, produzindo marcas duradouras como a pobreza, a exclusão, a marginalização e o racismo” (Costa, 2021, p. 145). E (bem) mais do que isso, uma consciência histórica que possa alterar o curso do tempo sem que o passado seja desconsiderado, sem que a ancestralidade seja desmerecida.

Para além do reconhecimento dos traumas deixados pela escravidão, é necessário romper com suas heranças, e, para tanto, é preciso uma consciência histórica questionadora, que problematize histórias únicas, excludentes e branqueadas. Para tanto, as narrativas históricas devem ser contadas do ponto de vista do negro, da mulher, do indígena, de pessoas transexuais e travestis, da população LGBTQIAP+, entre outros grupos/corpos que durante séculos tiveram suas identidades conspurcadas por uma historiografia que privilegiou narrativas hegemônicas. Nesse procedimento, tecer narrativas históricas outras de modo a atribuir outros sentidos deve ser um projeto de humanização tanto do branco quanto do negro, que repercute em toda sociedade.

Assim, a memória pública deve ser utilizada como “instrumento político e constrói e reforça identidades coletivas, onde os indivíduos criam narrativas ou discursos sobre quem são e quais as suas origens” (Araújo, 2020, p. 4 -5 *apud* Costa, 2021, p. 155). Como vemos nas últimas estrofes do poema de Conceição Evaristo:

A voz de minha filha
recolhe todas as nossas vozes
recolhe em si
as vozes mudas caladas
engasgadas nas gargantas.

A voz de minha filha
recolhe em si
a fala e o ato.
O ontem – o hoje – o agora.
Na voz de minha filha
se fará ouvir a ressonância
O eco da vida-liberdade. (Evaristo, 2008).

Apesar dos traumas e vestígios do passado escravista, a voz da filha é aquela que não se distancia do que ocorreu no passado, mas o supera. Ao ter consciência do contexto da história

sobrecarregada, que ainda existe no presente, mas sob outra forma, a filha problematiza e ressignifica esse passado, compondo intencionalidades mais achegadas a um futuro livre do trauma da escravização. Nesse processo, vai compondo e recompondo sua identidade, considerando que “a personalidade humana expande sua extensão temporal, indo mais além dos limites do nascimento e da morte, mais além da mera mortalidade. Via esta consciência histórica, uma pessoa se faz parte de um todo temporal mais extenso que em sua vida temporal” (Rüsen, 2010). Desse modo, o eu-lírico é composto pela união de todas essas vozes de antepassadas silenciadas, evocadas no presente, e sendo projetadas na voz da filha, símbolo do futuro, da esperança e da liberdade. Conforme Hermes (2021), é nesse futuro que se encontra a libertação, para a criação de novo sujeito, um sujeito liberto das amarras coloniais, o que será central para a descolonização, mesmo que essa não seja uma tarefa fácil, pois: “nos definimos estando em uma encruzilhada, uma superfície de contato de tempo e de fatos, permanentemente em transição. Para continuar sendo o que somos, para não evoluir e mudar, nos parece como um modo de autoperda, uma ameaça a nossa identidade. Nossa identidade está em nossa incessante mudança” (Rüsen, 2010, p. 59).

Em síntese, em “Vozes-Mulheres”, teremos diferentes tipologias de consciência histórica operando para a construção de uma “consciência histórica decolonial”, ou seja, uma consciência disruptiva da lógica colonial escravista, normalizadora de violências e apagamentos de leituras do passado brasileiro.

Outro poema da autora que pode ser utilizado para pensar tipologias de consciência histórica é “Certidão de óbito”, quando Conceição Evaristo denuncia o genocídio da população negra no Brasil.

Os ossos de nossos antepassados
colhem as nossas perenes lágrimas
pelos mortos de hoje.

Os olhos de nossos antepassados,
negras estrelas tingidas de sangue,
elevam-se das profundezas do tempo
cuidando de nossa dolorida memória.

A terra está coberta de valas
e a qualquer descuido da vida
a morte é certa.

A bala não erra o alvo, no escuro
um corpo negro bambeia e dança.
A certidão de óbito, os antigos sabem,

veio lavrada desde os negreiros (Evaristo, 2008)⁶.

Nele a autora evoca (novamente) os antepassados, enquanto testemunhas dos mortos da atualidade pelo racismo, mostrando desse modo, as marcas da escravidão que estruturou nossa sociedade. O eu-lírico, desse modo, nos apresenta a perpetuação e as transmutações das práticas coloniais. As “profundezas” do tempo, isto é, o avanço temporal traz em seu percurso as lágrimas (tristeza), o sangue (violência), enfim, as dores da memória, que vieram “desde os negreiros”. Assim, “rompe-se a linha da história da escravatura com a história contemporânea, evidenciando como o corpo negro é concebido pelas estruturas de poder construída pela ideologia colonial: algo a ser explorado e destruído” (Hermes, 2021, p. 10). A certidão de óbito continua no tempo, agora via violência policial em que a bala tem alvo certo. Pensando em nosso país, os dados sobre a violência que assombra a comunidade negra são impactantes, pois a cada 23 minutos um jovem negro é assassinado⁷. Considerando a violência policial, há diversos casos que esboçam o quanto é perigoso ser negro no Brasil, um país no qual nem as crianças são poupadas.

Compreender o passado, revirar os ossos, consiste em enfrentar suas dores e seus conflitos, empreendendo assim, uma consciência histórica crítica e genética, distante de uma higienização da historicidade que alguns ainda insistem em fazer persistir, produzindo a tendência da manutenção de estereótipos, racismos e de preconceitos. (Re)mexer o passado significa não o descaracterizar, desta forma empreendendo também uma consciência histórica tradicional em termos de respeito à ancestralidade e exemplar em termos da confirmação das leis.

Considerações finais

Articular esses dois poemas de Conceição Evaristo à tipologia da consciência histórica aos moldes rüsenianos, serviu ao propósito de considerar dois paradigmas aparentemente contraditórios por expressarem uma dicotomia epistemológica. Todavia, a partir dessa articulação entre intelectualidades negras e brancas, foi possível analisar a importância da consciência histórica na compreensão das desigualdades sociais e raciais presentes no Brasil.

⁶ Disponível em <https://www.centroloyola.org.br/revista/bagagem/um-poema/2136-certidao-de-obito>. Acessado em 30 de abril de 2023.

⁷ Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/bbc/2016/06/06/a-cada-23-minutos-um-jovem-negro-e-assassinado-no-brasil-diz-cpi.htm>. Acessado em 25 de abril de 2023.

Como Munanga, antropólogo e professor brasileiro-congolês, já havia percebido essa complexidade. Na verdade, está em questão o modo como o sujeito percebe as mudanças temporais, como as problemáticas do presente fazem com que ele recorra ao passado para explicar esse presente, e assim, perspectiva o futuro.

Não há sujeito sem consciência histórica e não há consciência histórica “pura” como já dito. Ainda: não há certo ou errado em dada consciência histórica. Os poemas da autora, pelo menos os dois contemplados nesse texto, fazem ver a mescla entre as consciências. E nos permitem entender que o passado, especialmente o sobrecarregado, não deve ser menosprezado, mas reelaborado, para que os traumas sejam tratados. Assim é preciso enfrentar com coragem as nossas histórias que nos fizeram ser quem somos. Se quisermos ser diferentes, mais fortes, mais resistentes, temos que acrescentar a consciência histórica crítica, e se quisermos mais do isso, ou seja, sermos mais humanos, a consciência histórica genérica, essa que já está acontecendo, por estar em nossa intersubjetividade.

Evocar o passado para resolver ou elucidar os acontecimentos do presente para um futuro melhor, no caso da história sobrecarregada envolvendo o povo negro, é conseqüentemente, trabalhar as marcas do sistema escravista, na medida em que a situação da população negra no Brasil só pode ser explicada através das perpetuações das mentalidades coloniais escravistas. Assim, decolonialidade visa redimensionar as epistemes e cosmologias imposta aos países colonizados através da naturalização e universalização da experiência europeia. Sendo assim, nesse trabalho buscou-se defender o redimensionamento dos saberes historicamente construídos a respeito do negro no Brasil.

Referências

CERRI, Luis Fernando Os conceitos de consciência histórica e os desafios da didática da história **Revista de História Regional**. n. 2, v. 6, 2007.

COSTA, Alex Andrade. “Que dívida? Eu nunca escravizei ninguém!”: escravidão, trauma cultural e consciência histórica. **Revista História Hoje**. n. 19, v. 10, 2021, p. 140–160.

EVARISTO, Conceição. **Literafro**: o portal da literatura afro-brasileira, 27 de fevereiro 2023. Disponível em: <<http://www.letras.ufmg.br/literafro/autoras/188-conceicao-evaristo>>. Acesso em: 18 de abril, 2023.

EVARISTO, Conceição. **Poemas da recordação e outros movimentos**. Belo Horizonte: Nandyala, 2008.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

GOMES, Nilma Lino. **O Movimento Negro educador**: saberes construídos nas lutas por emancipação. Petrópolis: RJ, Vozes, 2017.

HERMES, Ernani Silverio. Dos navios negreiros às balas perdidas: memória e decolonialidade na poética de Conceição Evaristo. **RELACult**: Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade, n. 4, v. 7, 2021.

LANDER, Edgardo. Ciências sociais: saberes coloniais e eurocêntricos. In: LANDER, Edgardo; CASTRO-GÓMES, Santiago. **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e Ciências Sociais: perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 8-23.

MARRETA, Fernando Milani; SOUZA, Uirys Alves de. A tipologia da consciência histórica em Rüsen. **Revista Latino-Americana de História**. n. 6., v.2, ago./2013.

MORENO, Jean Carlos.; SOUZA, Sabrina Fabrício. Consciência histórica. **Fronteiras**: Revista Catarinense de História, n. 25, p. 28-50, 5 jun. 2018.

MUNANGA, Kabengele. Algumas Considerações sobre “Raça”, Ação Afirmativa e Identidade Negra no Brasil: Fundamentos Antropológicos. **Revista USP**. n. 68. dez./fev. 2005/2006, p. 46-57.

MUNANGA, Kabengele. Entrevista a Julvan Moreira de Oliveira. In: OLIVEIRA, Julvan Moreira de. **Africanidades e educação. ancestralidade, identidade e oralidade no pensamento de Kabengele Munanga**. Tese (Doutorado em Educação) USP, 2009.

MUNANGA, Kabengele. Identidade Étnica, Poder e Direitos Humanos. **Revista THOT**. n. 80. São Paulo: Palas Athena, abr./2004, pp. 19-29.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra**. Belo Horizonte: Autêntica. 2008

RÜSEN, Jörn. **Razão Histórica**. Teoria da História: Os fundamentos da ciência histórica. Trad. Estevão de Rezende Martins. 2001.

RÜSEN, Jörn. **Cultura faz sentido**: orientações entre o ontem e o amanhã. Trad. de Nélio Schneider. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

RÜSEN, Jörn. **História Viva**. Teoria da História III: formas e funções do conhecimento histórico. Trad. Estevão de Rezende Martins. Brasília: Editora Universidade de Brasília. 2007.

RÜSEN, Jörn. O desenvolvimento da competência narrativa na aprendizagem histórica: uma hipótese ontogenética relativa à consciência moral. In: SCHMIDT, Maria Auxiliadora; BARCA, Isabel; MARTINS, Estevão. **Jörn Rüsen e o Ensino de História**. Curitiba: Editora UFPR, 2010.

SETH, Sanjay. “Razão ou Raciocínio? Clio ou Shiva?” **História da Historiografia**. Ouro Preto. n. 11. Abr. 2013. p. 173-189.

Von BORRIES, Bodo. Coping with burdening history. In: BJERG, Helle; LENZ, Claudia; THORSTENSEN, Erik (ed.). **Historicizing the uses of the past**: Scandinavian perspectives on History Culture, Historical Consciousness and didactics of History related to World War II. Bielefeld: Transcript, 2011.

Recebido em 30 – 04 - 2023

Revisado em 07 – 07 - 2023

Aprovado em 15 – 07 - 2023